



**I CONGRESSO
ELEIÇÕES 2026**
Panorama Profissional
de Assuntos Relevantes
às Eleições 2026

**Eleição e Democracia:
Desafio Permanente**

Carga horária de 10h

Realização
IDEA
Instituto de Direito
Eleitoral e Administrativo

CARTA DE IDEIAS E IDEAIS DO IDEA I CONGRESSO ELEIÇÕES 2026

IDEIAS E IDEAIS QUE NORTEIAM O IDEA – INSTITUTO DE DIREITO ELEITORAL E ADMINISTRATIVO.

DIRIGIDA À COMUNIDADE JURÍDICA PROFISSIONAL, ACADEMICA E A TODA SOCIEDADE BRASILEIRA EM DEFESA DA CONSTITUIÇÃO, DEMOCRACIA E CIDADANIA, EM TEMPOS DE DESAFIOS TRANSFORMADORES PARA AS PRESENTES E FUTURAS GERAÇÕES.

Senhoras e Senhores, Juristas, Magistrados, membros do Ministério Público, Advogados, Procuradores, Dirigentes Partidários, Parlamentares, Gestores Públicos, Professores, Pesquisadores e Acadêmicos de Direito.

Primeiro, registre-se a nossa eterna gratidão para todos aqueles que de algum modo contribuíram para a realização deste grandioso e marcante evento, com ideias e ideais pautados na Constituição Federal, na Democracia e na Cidadania Brasileira.

Reunimo-nos aqui neste CONGRESSO ELEIÇÕES 2026, sob a organização do INSTITUTO DE DIREITO ELEITORAL E ADMINISTRATIVO – IDEA, em um dos momentos mais desafiadores da história contemporânea da democracia. Vivemos uma época em que a velocidade da informação supera a velocidade da reflexão; em que a tecnologia amplia extraordinariamente as possibilidades de participação política, mas também potencializa riscos antes inimagináveis à integridade do debate público.

As Eleições não representam apenas a mera escolha de governantes, representantes políticos e gestores públicos. Elas constituem a mais elevada manifestação da soberania popular, princípio estruturante do Estado Democrático de Direito, consagrado pela Constituição Federal de 1988. Cada voto depositado nas urnas representa não apenas uma preferência política, mas um ato de confiança nas instituições, nas regras do jogo democrático e na própria ideia de República.

Por essa razão, a legislação eleitoral não pode ser compreendida apenas como mero conjunto de normas procedimentais. Ela é instrumento de proteção da Democracia. Sua finalidade maior é assegurar igualdade de oportunidades entre os competidores, transparência no processo eleitoral, legitimidade da vontade popular e respeito aos direitos fundamentais.

Contudo, os desafios do nosso tempo exigem uma nova capacidade de compreensão jurídica e institucional. Por exemplo, com a ascensão da inteligência artificial, da análise massiva de dados, dos algoritmos de recomendação, da comunicação instantânea e das plataformas digitais que transforma profundamente o ambiente eleitoral. Pela primeira vez na história, uma mensagem pode alcançar milhões

Apoio





I CONGRESSO ELEIÇÕES 2026

Panorama Profissional
de Assuntos Relevantes
às Eleições 2026

Eleição e Democracia: Desafio Permanente

Carga horária de 10h

Realização

IDEA
Instituto de Direito
Eleitoral e Administrativo

de pessoas em segundos. Pela primeira vez, sistemas inteligentes podem produzir conteúdo como se fosse elaborado por um ser humano.

Essa realidade impõe uma pergunta fundamental: como preservar a liberdade sem permitir a manipulação? Como proteger a democracia sem restringir direitos fundamentais? Como incentivar a inovação sem comprometer a verdade? Não existem respostas simples.

Como advertia o filósofo Karl Popper, *“a liberdade é impossível sem responsabilidade”*. A mesma tecnologia capaz de ampliar o conhecimento pode disseminar desinformação. A mesma inteligência artificial capaz de impulsionar a eficiência administrativa pode ser utilizada para manipular percepções, produzir conteúdo fraudulento ou influenciar indevidamente processos democráticos.

Nesse cenário, a ética deixa de ser um valor abstrato e passa a ser uma necessidade institucional. A democracia não sobrevive apenas por meio das leis. Ela depende da integridade e boa-fé de seus atores.

Depende da responsabilidade ética dos candidatos.

Da prudência dos partidos políticos.

Da independência dos magistrados.

Da vigilância do Ministério Público.

Da atuação técnica da advocacia.

Do compromisso científico da academia.

Da responsabilidade da imprensa.

E, sobretudo, da consciência crítica dos cidadãos.

Como ensinava Rui Barbosa, *“a pior democracia é preferível à melhor das ditaduras”*. Entretanto, a democracia somente permanece viva quando protegida por instituições fortes, por cidadãos conscientes e por lideranças comprometidas com a verdade.

O tempo avançou, mas a propagação deliberada de notícias falsas, a utilização de estruturas organizadas de desinformação, a manipulação digital do eleitor e a corrosão da confiança pública representam ameaças concretas à legitimidade eleitoral. Não se trata apenas de uma questão tecnológica. Trata-se de uma questão de ética jurídica, observada desde Ulpiano: *“Viver honestamente, não lesar a outrem e dar a cada um o que é seu”*.

A Constituição protege a liberdade de expressão, mas não legitima a fraude. Protege o debate político, mas não autoriza a manipulação deliberada da verdade. Protege a divergência, mas não a destruição das instituições democráticas. É precisamente nesse ponto que o Direito Eleitoral assume sua dimensão mais nobre: garantir que a disputa política ocorra dentro dos limites da legalidade, da ética e do respeito às regras constitucionais.

Ao mesmo tempo, devemos compreender que a inovação tecnológica não é inimiga da democracia. Pelo contrário. Quando adequadamente regulada, ela pode

Apoio





I CONGRESSO ELEIÇÕES 2026

Panorama Profissional
de Assuntos Relevantes
às Eleições 2026

Eleição e Democracia: Desafio Permanente

Carga horária de 10h

Realização

IDEA
Instituto de Direito
Eleitoral e Administrativo

ampliar a participação cidadã, fortalecer a transparência pública, aperfeiçoar a fiscalização eleitoral e aproximar o Estado da sociedade. O desafio do século XXI não é escolher entre democracia e tecnologia. O verdadeiro desafio é construir uma tecnologia a serviço da democracia.

Precisamos formar uma nova geração de juristas capazes de compreender algoritmos sem abandonar princípios constitucionais. Precisamos de líderes políticos capazes de dialogar com a inovação sem renunciar à ética. Precisamos de instituições aptas a regular novas realidades sem sufocar a liberdade.

Como afirmou Abraham Lincoln, a democracia é o *“governo do povo, pelo povo e para o povo”*. Em nossa época, talvez seja necessário acrescentar: uma Democracia protegida pela Constituição, inviolável e fortalecida pela ética e aperfeiçoada pela tecnologia.

Que este encontro represente mais do que um espaço de debates. Que seja um compromisso coletivo. Compromisso com a verdade em tempos de desinformação. Compromisso com a responsabilidade em tempos de instantaneidade. Compromisso com a Constituição em tempos de incerteza. Compromisso com a democracia em tempos de transformação.

Porque as futuras gerações não nos julgarão apenas pelas tecnologias que desenvolvemos, mas pela capacidade que tivemos de utilizá-las para proteger a liberdade, a justiça e a dignidade humana. E é isso que verdadeiramente define a grandeza de uma nação: a força de suas instituições, a integridade de seus líderes e a confiança de seu povo na democracia.

A democracia do século XXI não será definida apenas pelas urnas, mas pela capacidade das instituições de preservar a verdade, a liberdade e a dignidade humana em um ambiente cada vez mais influenciado por algoritmos, inteligência artificial e fluxos globais de informação. As gerações anteriores lutaram para conquistar o direito ao voto. A nossa geração possui uma missão diferente, mas igualmente nobre: assegurar que a liberdade de escolha permaneça genuinamente livre em uma era de inteligência artificial, desinformação e hiperconectividade.

O futuro da democracia não depende apenas da tecnologia que criamos, mas dos valores constitucionais que decidimos preservar. Que nunca nos falte coragem para inovar, sabedoria para regular e compromisso para proteger aquilo que nenhuma máquina poderá substituir: a consciência humana, a ética pública e a dignidade da pessoa humana. A Constituição não é apenas um documento jurídico. Ela é um pacto civilizatório. As eleições não são apenas um procedimento institucional. Elas são a manifestação concreta da soberania popular.

E a democracia não é uma conquista definitiva. É uma construção permanente que exige vigilância, responsabilidade e compromisso de cada geração. Cada geração recebe a democracia como herança, mas não como propriedade. Cabe a ela preservá-la, aperfeiçoá-la e transmiti-la fortalecida às gerações futuras.

Apoio





I CONGRESSO ELEIÇÕES 2026

Panorama Profissional
de Assuntos Relevantes
às Eleições 2026

Eleição e Democracia: Desafio Permanente

Carga horária de 10h

Realização

IDEA
Instituto de Direito
Eleitoral e Administrativo

As leis organizam a sociedade, as instituições garantem sua estabilidade, mas são os valores éticos que sustentam a legitimidade de ambas. Onde há conhecimento sem ética, surge o risco do abuso. Onde há poder sem responsabilidade, surge o risco da arbitrariedade. Onde há tecnologia sem humanismo, surge o risco da desumanização.

Por isso, o futuro pertence não apenas aos mais inovadores, mas àqueles que conseguirem conciliar inovação, prudência, liberdade e justiça. E como ensinava Norberto Bobbio: *"A democracia é um conjunto de regras do jogo."* Mas, mais do que conhecer as regras, cabe aos juristas, magistrados, advogados, membros do Ministério Público, professores, pesquisadores e líderes públicos a responsabilidade de preservar o espírito que lhes dá sentido.

Todavia há muito para evoluirmos. Sempre serão bem-vindos os projetos acadêmicos, modernizações institucionais e mentalidades inovadoras para construção de soluções consensuais que continuam avançando e contribuindo para uma cultura de paz jurídica comprometida com a dignidade humana, a segurança jurídica, a prevenção de conflitos, a busca da pacificação social e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito e aprimoramento das Eleições.

Destarte, em nome do IDEA com as suas ideias e ideais e que, a partir também das apresentações intelectuais e experiências institucionais, elevados conhecimentos produzidos e boas práticas, livres, éticas, justas e democráticas, aqui e hoje registrados, que possam ser transformados em um grande arcabouço e legado para o benefício das presente e próximas gerações.

Viva o Estado Democrático de Direito. Viva as Eleições!!! Que o Grande Arquiteto do Universo nos ajude nessa missão!!! E até o nosso próximo encontro!

Dourados (MS), 02 de julho de 2026.

LUCIO FLAVIO J. SUNAKOZAWA
Vice-Presidente do IDEA

FERNANDO BARAUNA RECALDE
Presidente do IDEA

Apoio

